



## EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL NO 8, DE 2007.

Cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

Art. 1º O § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigora com a seguinte redação:
"Art. 26
§ 2º Nenhum deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de uma Comissão Permanente, ressalvadas as Comissões de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Cultura, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Direitos Humanos e Minorias, do Esporte, do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Turismo, de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.
(NR)"
Art. 2º O art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados fica acrescido dos seguintes incisos XXIV e XXV:
"Art. 32
XXIV – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:
<ul> <li>a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação dos direitos da mulher;</li> <li>b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da mulher;</li> <li>c) colaboração com entidades não governamentais nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos da mulher;</li> <li>d) acompanhamento dos acordos e convenções relacionados aos direitos da mulher;</li> </ul>



- e) pesquisas e estudos relativos à situação das mulheres no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- f) atribuição, nos termos da Resolução nº 3, de 2003, do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, observandose os critérios estabelecidos na Resolução nº 13, de 2003;
- g) imagemidas mulheres nos meios de comunicação;
- h) matérias atinentes à igualdade racial das mulheres;
- i) outros assuntos referentes à mulher.

## XXV - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:

- a) recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação de direitos da pessoa idosa;
- b) fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos da pessoa idosa;
- c) colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais que atuem na defesa dos direitos da pessoa idosa;
- d) acompanhamento da aplicação dos acordos e das convenções nacionais e internacionais relacionados com os direitos dos idosos;
- e) acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instaladas na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- f) pesquisas e estudos relativos à situação das pessoas idosas no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa
- g) imagem dos idosos nos meios de comunicação;
- regime jurídico de proteção à pessoa idosa;
- i) matérias atinentes à igualdade racial dos idosos;

.....(NR).

Jan Louis Propri Jan Louis Propri Deproduction DPS

Sala das Sessões,

WALDENOR PEREIRA